

Nísia Trindade pode ser trocada por Padilha

Lula evita falar sobre as trocas no primeiro escalão

Por Karoline Cavalcante

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), evita dar detalhes sobre a reforma ministerial em seu governo. Segundo ele, a decisão de mudar ou não os integrantes da Esplanada dos Ministérios é uma questão que pertence “intimamente” ao líder do Palácio do Planalto. Na quarta-feira (19), chegou a afirmar que está “muito contente” com a sua equipe. A declaração foi dada à imprensa após reunião com o primeiro-ministro de Portugal, Luís Montenegro, quando foi questionado sobre a possível influência dos resultados das pesquisas eleitorais — que mostraram uma queda na popularidade do governo — nas modificações ministeriais.

“Não faz parte do meu discurso. Nunca nenhum jornalista ouviu eu dizer que vou fazer reforma ministerial. Nunca. Essa palavra não existe na minha boca, porque eu mudo quando eu quiser. Da mesma forma que convidei quem eu queria, tiro quem eu quiser, na hora que eu quiser. É simples assim, sem nenhum problema”, afirmou.

Entretanto, bastidores revelam que a reforma já está bastante avançada. Segundo apuração do Correio da Manhã, a próxima pasta a sofrer alteração será a da Saúde, com a saída da ministra Nísia Trindade já praticamente definida. A avaliação do governo é de que, apesar do conhecimento técnico de Nísia na área, ela não possuiria a capacidade de articulação necessária que o órgão exige.

Nísia envolveu-se em uma polêmica levantada pelo Correio da Manhã em janeiro do



Nísia deverá ser substituída no Ministério da Saúde

ano passado. Após ela destinar R\$ 55 milhões para ações de média e alta complexidade no município de Cabo Frio (RJ), seu filho, o músico Márcio Lima Sampaio, tornou-se secretário municipal de Cultural.

Entre os possíveis substitutos, está o presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), Arthur Chioro, que foi ministro da Saúde no governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), entre 2014 e 2015, e o atual ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

Padilha

Padilha é o nome mais cotado. É médico de formação e foi também ministro da Saúde no primeiro governo Dilma, de 2011 a 2014. Padilha também foi secretário municipal da Saúde de São Paulo, entre 2015 e 2017, durante a gestão de Fernando Haddad (PT). Para substituí-lo na articulação com o Congresso, alguns

parlamentares estão sendo cogitados. O deputado federal Isnaldo Bulhões (MDB-AL) é, até o momento, o mais provável, considerando a tendência de Lula em equilibrar a base governista com partidos de centro, facilitando as negociações no Legislativo.

Caso a decisão fosse tomada exclusivamente com base na confiança, o escolhido seria o deputado federal José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara dos Deputados. O senador Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado Federal, também foi mencionado, mas a chance de sua indicação é remota.

Outra mudança está prevista para a Secretaria-Geral da Presidência da República. A atual presidente do Partido dos Trabalhadores e deputada federal, Gleisi Hoffmann (PT-PR), seria o nome para assumir o lugar de Márcio Macedo. Segundo interlocutores da base, a experiência de Hof-

mann com os programas sociais do governo enriqueceria sua gestão na pasta.

Gleisi é a presidente mais longeva da história da sigla. Lançada em 2017, seu mandato se encerrará em junho de 2025. Para assumir seu lugar, Lula já deixou claro que deseja nomear o ex-prefeito de Araraquara, Edinho Silva (PT).

O Correio apurou que José Guimarães chegou a pleitear a vaga, mas foi barrado pelo chefe do Planalto, pois o parlamentar já demonstrou interesse em concorrer ao Senado nas eleições gerais de 2026 e Lula não quer trocar a presidência do partido novamente no próximo ano.

O desejo do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) é que a reforma ministerial coincida com a instalação das comissões permanentes da Casa — que está prevista para acontecer em março — com o objetivo de facilitar os acordos políticos.

Delação de Mauro Cid foi regular, diz especialista

Por Karoline Cavalcante

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou, nesta quinta-feira (20) a liberação pública dos áudios e vídeos relacionados à delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A decisão gerou controvérsias, especialmente após declarações da deputada federal Caroline De Toni (PL-SC), que questionou a validade do acordo de colaboração. Os vídeos, porém, permitem observar a forma como Mauro Cid foi tratado, a presença de seus advogados e como foram feitos os questionamentos.

Ouvida pelo Correio da Manhã após analisar os vídeos, a especialista em advocacia criminal Karolyne Guimarães esclareceu ao Correio da Manhã que o procedimento adotado no caso de Cid foi regular. “Trata-se de procedimento padrão, pois Mauro Cid estava devidamente acompanhado de advogado e defesa técnica, em audiência específica para esse fim. Inclusive, estava na presença do Ministério Público”. Os vídeos mostram claramente que todas as oitivas eram acompanhadas pela defesa de Cid e pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Durante coletiva da oposição realizada na quarta-feira (19), De Toni afirmou que a



Mauro Cid: vídeos não parecem indicar coação

delação de Cid não deveria ser considerada como base para as denúncias feitas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra Bolsonaro e outros 33 aliados, uma vez que Cid teria sido coagido a prestar depoimento. Ela mencionou os áudios vazados pela Veja durante a apuração em março de 2024, em que Cid afirmou que a Polícia Federal possui uma “narrativa pronta” e havia sido pressionado a colaborar com a investigação.

A deputada acusou, ainda, o STF de ter se transformado em um “tribunal político”. “Vocês acham mesmo que em um

Estado de direito esta prova é válida? Essa prova não vale. Isso é uma aberração jurídica, uma narrativa construída que tem endereço para tentar intimidar, não só o ex-presidente Bolsonaro, mas toda a direita existente nesse país”, afirmou Carolina De Toni.

Desabafo

Ao ser questionado sobre o que foi dito nos áudios vazados pela revista Veja, Cid se emocionou ao dizer que se tratava de “um desabafo” que enviou a um amigo, que suas palavras não tinham “sinais de crítica” para atacar ninguém. Além dis-

so, negou qualquer tentativa de coação por parte da PF.

“A Polícia Federal sempre me tratou com muito respeito. Por mais que eles tenham a tese investigatória deles, eu tenho a minha versão. Mas nunca houve pressão, ‘eu quero que você fale isso, eu quero que você fale aquilo, senão você vai perder, veja bem o que vai falar. Eles têm a tese investigatória dele, e eu tenho a minha versão”, disse.

“E nem mais direito a conversar eu tenho porque se eu desabafo com um amigo, se eu grito com um amigo, no outro dia está na imprensa. As palavras ali não tinham sinais de crítica, era uma forma minha de expressar, tanto que tem palavra ali e quem me conhece sabe que eu não falo palavrão”, finalizou, emocionado.

Última chance

Após a reportagem da Veja, Moraes fez uma audiência com Mauro Cid, na qual diz que aquela seria uma “última chance” de manutenção da colaboração. No vídeo dessa reunião, o ministro do STF explica que a colaboração, não poderia ser “seletiva”. Que ele estava obrigado a revelar o que sabia. Do contrário, o acordo poderia ser anulado.

“A colaboração premiada não pode ser seletiva e direcionada. Ela não pode ser utilizada para proteger alguns e prejudicar outros. Aqui, o colaborador dá os fatos”, advertiu Moraes.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Paes (centro) entrega ‘chave’ de terreno ao Flamengo

Prefeitura não estudou impacto de estádio no trânsito

A Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio (CET-Rio) informou que “não recebeu nem elaboração qualquer estudo para avaliação do impacto no tráfego relativo ao estádio do Flamengo, no terreno do Gasômetro.”

A inexistência de estudos foi comunicada em resposta a pedido feito pela coluna à prefeitura com base na Lei de Acesso à Informação. O prefeito

Eduardo Paes (PSD) teve papel decisivo na compra do terreno, que pertencia a um fundo gerido pela Caixa e foi adquirido pelo clube por R\$ 138 milhões. Paes chegou a recorrer ao presidente Lula.

O estádio será construído na região portuária, área central da cidade, ao lado da rodoviária. Lá, são comuns os engarrafamentos. A arena deverá receber até 80 mil pessoas.

Encomenda

Em maio de 2024, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), que também atuou nas negociações com a Caixa, declarou ao Correio Bastidores que um estudo sobre o impacto no trânsito havia sido encomendado. No pedido feito à prefeitura, os estudos foram solicitados.

Acessos

A região fica bem perto ao viaduto que leva à Ponte Rio-Niterói e no início das negociações com a Avenida Brasil, que dá acesso a rodovias, e liga o Centro às zonas Norte e Oeste. As estações de trem e metrô mais próximas ficam a 1,8 quilômetro de distância do terreno do Gasômetro.



Engarrafamentos são comuns na região do estádio

Aplicativo registra trânsito parado no local

Às 18h50 de ontem, o aplicativo Waze registrava pontos de trânsito engarrafado ou parado nas imediações do terreno do futuro estádio. A antiga diretoria do Flamengo, responsável pela compra do terreno, estimulou que a obra seria concluída em 2029.

Já o grupo que hoje administra o clube prefere não dar prazo e con-

tratou novos estudos de viabilidade.

A Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico decidiu condicionar o início da construção à transferência de estruturas de gás canalizado que continuam no terreno do antigo depósito.

Paes, porém, reafirmou que a prefeitura será responsável pela adaptação.

Sem emendas

Ao decidir não votar o orçamento de 2025 enquanto o Supremo Tribunal Federal não resolver o impasse das emendas parlamentares, a oposição criou um problema para os congressistas. Novas emendas não podem ser incluídas, já que o orçamento não existe.

Xandão 1

Ao autorizar a divulgação da delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, o ministro Alexandre de Moraes procurou atingir vários objetivos. Entre eles, o de contestar advogados de muitos dos acusados, que alegavam falta de acesso a todas as peças da investigação.

Carnaval

Os presidentes da Câmara e do Senado — Hugo Motta (Repub-PB) e Davi Alcolumbre (União-AP) — terão um encontro com o ministro Flávio Dino, do STF, para tentar desenrolar as emendas. A reunião está prevista para acontecer na sexta, dia 28, véspera de Carnaval.

Xandão 2

Outro objetivo é mais sutil. A delação — que, como qualquer outra, não pode ser tomada como prova definitiva — trata de assuntos populares, de fácil entendimento, como venda de jóias, entrega de dinheiro em caixa de vinho e uso de dinheiro público em motociatas.